



AS AUXILIARES NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA

Emily Bomfim Souza ¹
Débora Silva Cardoso²

INTRODUÇÃO

Auxiliares, crecheiras, berçaristas, pajens ou agentes de Educação Infantil, são algumas das diversas nomenclaturas direcionadas às profissionais que atuam diretamente com o atendimento educacional dos bebês e crianças bem pequenas no “chão” das creches. Ainda é bastante comum que sejam essas as profissionais que exerçam funções muito atreladas ao ato de cuidar, no entanto, na prática evidencia-se que exercem atividades que vão além de suas atribuições, como por exemplo, assumir sala para suprir a ausência de professor titular, apesar de não terem sequer reconhecimento como parte integrante do quadro do magistério. No município de Carapicuíba, São Paulo, a nomenclatura adotada para essas profissionais é Auxiliar de Desenvolvimento da Educação Básica (ADEB), englobando o Atendimento às creches e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

É sabido que segundo o art.62 da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) o profissional que se destina a atuar com a Educação Infantil deve ter habilitação em curso específico para atuação, ou seja, ter formação mínima que forneça conhecimentos científicos específicos para atuação na primeira infância. Neste contexto, destinar profissionais para atuarem na Educação Infantil sem os requisitos mínimos previstos por lei, explicita a importância que os estados e municípios empregam às crianças e para a profissionalização docente.

Mas como as auxiliares percebem a própria identidade? Esta indagação norteia este estudo de pesquisa, que objetiva compreender como as Auxiliares atuam na prática, bem como, busca desvelar de uma pequena parcela a percepção sobre a própria identidade profissional.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM-SP, emilybonfimsouza@gmail.com.

² Orientadora. Professora Doutora – Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM – SP, debora.sil@mackenzie.br



Em prol de atingir os objetivos propostos, esta pesquisa contará com uma breve revisão teórica de autores que apresentam pesquisas relevantes sobre a temática e com um questionário de cunho qualitativo destinado a quatro Auxiliares, a fim de desvelar as angústias e reflexões que fazem sobre o cargo. Diante disso, visou-se configurar a constituição do cargo de auxiliar e revelar a real prática exercida por estas profissionais.

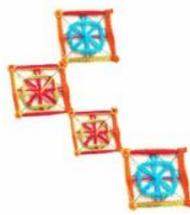
METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia adotada para esta pesquisa foi o uso de questionário de cunho qualitativo, com três perguntas abertas, destinado a quatro Auxiliares de Desenvolvimento da Educação Básica no município de Carapicuíba, utilizando-se como meio de comunicação o e-mail. Todas as informantes são profissionais concursadas e atuam há mais de um ano na função. Os sujeitos da pesquisa foram informados sobre o anonimato e sobre o destino dos dados obtidos. As respostas aferidas pelas colaboradoras ao questionário, foram alocadas em um banco de dados para posterior análise.

REFERENCIAL TEÓRICO

Art. 62: A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior em curso de licenciatura de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício em magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, oferecida em nível médio modalidade normal (BRASIL,1996)

O art.62 da LDB (1996) deixa evidente que é de suma importância a formação mínima exigida aos profissionais que atuam diretamente na Educação Infantil para a compreensão e garantia do respeito às especificidades das crianças em pleno desenvolvimento. No entanto, apesar das exigências e mudanças promovidas com respaldo legal, é comum que em diferentes municípios do Brasil, ainda existam cargos como de auxiliares, pajens, berçaristas, crecheiras, atendentes de maternais, auxiliares de Educação Infantil ou até mesmo babás, que a princípio pedem como exigência escolar apenas o Ensino Médio e em alguns casos o Ensino Fundamental, o que revela explicitamente a falta de preocupação desses municípios com relação à necessidade de



profissionais capacitados para o atendimento direcionado à primeira infância, desvalorizando juntamente a profissão docente dedicada à Educação Infantil.

Essas profissionais contratadas para auxiliarem o professor, são muitas vezes as responsáveis por suprir a defasagem de profissionais, sendo responsáveis por turmas inteiras, em todos os seus aspectos: cuidar e educar, no entanto, sem o devido reconhecimento ou perspectiva de progressão profissional, como aponta Martins e Moraes (2019, p.212),

[...] as exigências e cobranças no cargo aumentaram, enquanto que a valorização dessas profissionais que desempenham o papel do cuidar e educar, não acompanhou essas mudanças; não possuem plano de carreira nem remuneração condigna; recebem salários compatíveis apenas com o cuidar.

Essa contradição entre o real papel desempenhado e o que era previsto ao serem contratadas como auxiliares, além de causar um sentimento de injustiça nas profissionais, leva a uma descaracterização das especificidades do trabalho docente, que perpassa pela necessidade de ser desempenhado por um profissional capacitado que compreenda em teoria e prática as especificidades demandadas na Educação Infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em prol de delimitar o perfil dos sujeitos da pesquisa, a primeira pergunta destinou-se a verificar o tempo em que as profissionais exercem o cargo e o nível de escolarização. Com isso, constatou-se que duas profissionais atuam há 1 ano e 7 meses no cargo e outras duas há mais de 5 anos, sendo todas concursadas e formadas no nível superior em pedagogia, constatando-se que, não são profissionais leigas na área pedagógica, ressaltando a importância de conhecimentos científicos específicos na atuação com a primeira infância.

As duas perguntas posteriores destinaram-se a delimitar a atuação cotidiana das auxiliares no “chão da escola”, bem como a percepção delas frente a identidade e valorização profissional.

Levando em consideração as respostas das informantes, entende-se que as auxiliares ao assumirem salas, parecem atuar como “quebra-galho” para suprir a



defasagem de professores, o que as leva a um sentimento de injustiça, por exercerem funções similares às de professores, porém, sem qualquer perspectiva de reconhecimento. Não obstante, as auxiliares foram questionadas frente à desvalorização do cargo e sobre a identidade profissional, e as suas colocações refletem o anseio das Auxiliares pelo reconhecimento docente, uma vez que, ao terem a formação mínima exigida por lei, e saberem da necessidade de terem conhecimentos específicos para atuarem na primeira infância, pedem alterações administrativas que resultem no respeito e na valorização do cargo como parte do quadro do magistério, detendo dos mesmos direitos e deveres dos professores, o que resultaria em melhoria não somente para a identidade das profissionais, mas juntamente para a própria identidade da Educação Infantil como etapa singular de desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento das Auxiliares como profissionais primordiais na garantia da Educação Infantil de qualidade e a promoção de uma política de readequação dessas profissionais para o quadro do magistério é o primeiro passo para uma perspectiva de avanços na ruptura da visão histórica de Educação Infantil como depósito de crianças ou lugar limitado ao cuidar. Portanto, valorizar os profissionais da Educação Infantil, implica diretamente na oferta de educação pública de qualidade.

Palavras-chave: Auxiliares; Educação Infantil; Reconhecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394 de 20, de dezembro de 1996.

MARTINS, Josiele Ferreira; MORAES, João Carlos Pereira de. Auxiliares de educação infantil na rede municipal de ensino em Ourinhos/SP: do cuidado à docência. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 23, p. 197-216, abr. 2019. ISSN 2175-6600. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/4301>>. Acesso em: 03 ago. 2020. doi:<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2019v11n23p197-216>.